



RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 452 - 30/03 a 03/04/2026**

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do Novo Caged/MTE

Destaque da Semana

[Governo Lula quer acelerar fim da escala 6 X 1 com PL próprio](#)

Poder360 - 02/04/2026

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu enviar ao Congresso um projeto de lei próprio para acabar com a escala 6 X 1 e reduzir a jornada semanal para 40 horas. O texto terá urgência constitucional e será enviado nos próximos dias, antes do Dia do Trabalho (1º de maio).

O texto deve unificar as diferentes propostas que tramitam na Câmara e no Senado. O modelo encabeçado será o 5 X 2, com jornada máxima de 40 horas semanais, sem redução salarial. A perspectiva de uma regra de transição ainda está em aberto.

A escolha pelo projeto de lei reflete a mudança de estratégia do Planalto diante do risco de a proposta de emenda à Constituição travar no Congresso ao longo de abril. A alternativa permite acelerar a tramitação e preservar maior controle sobre o conteúdo do texto.

Uma medida provisória foi aventada e deixada de lado. O Planalto entende que o projeto de lei tende a ter mais sustentação política e, ao mesmo tempo, garante ao Executivo a possibilidade de sancionar ou vetar o texto final – o que não seria o caso de uma emenda à Constituição.

O mecanismo de urgência também impõe prazo de análise em até 45 dias na Câmara e Senado e pode bloquear outras votações. Isso pressiona deputados e senadores a se posicionarem antes das eleições.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[CNT questiona no STF procedimentos da Justiça do Trabalho para acelerar execução de sentenças](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/03/2026

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) questionou, no Supremo Tribunal Federal (STF), medidas da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho que consolidam regras sobre procedimentos nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) relacionados à execução de sentenças. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental [\(ADPF\) 1313](#) foi distribuída ao ministro Gilmar Mendes.

[Instituições privadas de ensino questionam no STF contribuições ao Sesc e ao Senac](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/03/2026

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança obrigatória de contribuições das instituições de ensino privado ao Serviço Social do Comércio (Sesc) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). A matéria é objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental [\(ADPF\) 1315](#), de relatoria do ministro André Mendonça.

[Justiça do Trabalho centraliza emissão de guias em portal único a partir desta segunda \(6\)](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/03/2026

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) lançou a nova plataforma GRU JT, um sistema unificado e modernizado para a emissão de Guias de Recolhimento da União. A partir desta segunda-feira (6), advogados (as) e jurisdicionados deverão utilizar exclusivamente a nova aplicação nacional para a emissão de qualquer GRU no âmbito da Justiça do Trabalho.

RADAR TRABALHISTA

[Pedido de demissão de empregada doméstica gestante é anulado por falta de assistência sindical](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/03/2026

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu, por unanimidade, a nulidade do pedido de demissão apresentado por uma empregada doméstica gestante sem a assistência do sindicato da categoria. Segundo o colegiado, a rescisão contratual não observou a exigência legal aplicável a quem tem garantia provisória de emprego, como as trabalhadoras gestantes.

[Valor pago por fora como previdência privada é integrado a salário de alto executivo de banco](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/03/2026

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu que os valores pagos por fora pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (atual Banco Bradesco S.A.) a título de previdência privada a um alto executivo tinham natureza salarial. Com isso, eles devem integrar o salário para cálculo de outras verbas deferidas em juízo.

[Mantida decisão que reconheceu assédio a trabalhador ofendido por posicionamento político](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/03/2026

A ministra Maria Helena Mallmann, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), manteve a condenação do dono de uma farmácia de Fortaleza (CE) ao pagamento de indenização a um trabalhador ofendido por motivo de orientação política. Em decisão monocrática, a ministra negou recurso do empresário e manteve o entendimento anterior de que a conduta violou direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e a liberdade de convicção política, fixando indenização de R\$ 10 mil.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[MTE lança Canpat 2026 com foco na prevenção de riscos psicossociais no trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/04/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realiza, na próxima segunda-feira (7), às 14h30, a cerimônia de lançamento da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Canpat) 2026. A abertura do evento contará com a participação do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. A cerimônia ocorrerá no auditório do MTE, em Brasília, com transmissão ao vivo pelo [canal do YouTube do MTE](#).

[MTE debate modernização do PAT com setor de benefícios e reforça compromisso com equilíbrio e concorrência](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/04/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu, nesta terça-feira (31), representantes da Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) e de empresas que operam o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Essas empresas são responsáveis por administrar e intermediar o uso de vale-alimentação (VA) e vale-refeição (VR), conectando empregadores, trabalhadores e estabelecimentos credenciados.

[Novo Caged: Brasil gera mais de 255 mil empregos formais em fevereiro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 31/04/2026

Brasil registrou a geração de 255.321 empregos com carteira assinada em fevereiro de 2026, segundo dados do Novo Caged, divulgados nesta terça-feira (31) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. O resultado é decorrente de 2.381.767 admissões e 2.126.446 desligamentos no período.

RADAR TRABALHISTA

[Luiz Marinho defende fim da escala 6x1 e jornada de 40 horas sem redução salarial](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/03/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu nesta segunda-feira (30) o fim da escala 6x1 e a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem corte de salários. Segundo ele, o Brasil já reúne condições para avançar na mudança, que responde a uma demanda crescente dos trabalhadores por mais tempo para a vida pessoal.

[Governo do Brasil e Fundação Roberto Marinho firmam parceria para ampliar acesso à educação básica](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/03/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, assinou, nesta sexta-feira (27), uma parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Fundação Roberto Marinho para fortalecer o acesso à escolarização de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica.

[Governo sanciona lei que amplia licença-paternidade para 20 dias e cria salário-paternidade](#)

Ministério da Previdência Social - 31/03/2026

O Brasil dá um passo histórico no cuidado com a primeira infância: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, nesta terça-feira (31), a lei que amplia de 5 para 20 dias a licença-paternidade, fortalecendo a presença dos pais nos primeiros dias de vida dos filhos e promovendo a corresponsabilidade no cuidado com a criança. A nova legislação também cria o salário-paternidade, benefício que garante renda durante o período de afastamento, e amplia a proteção social para além dos trabalhadores com carteira assinada.

[Previdência Social realiza quase 30 mil atendimentos no fim de semana](#)

RADAR TRABALHISTA

Ministério da Previdência Social - 25/03/2026

O Ministério da Previdência Social, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), segue ampliando os atendimentos aos fins de semana em diferentes cidades do país para acelerar a análise de pedidos e reduzir a fila de espera. No último fim de semana (28 e 29 de março), as ações anteciparam quase 30 mil agendamentos. A mobilização focou em exames de perícia médica e avaliações sociais, etapas fundamentais para a concessão de direitos previdenciários e assistenciais.

[Curso discute Cipa, inclusão de pessoas com deficiência, diálogo social e negociação sindical](#)

Ministério da Previdência Social - 01/04/2026

Entre os dias 14 e 16 de abril, das 14h às 18h, a Fundacentro realizará a Temática 2 do Curso Básico de Saúde e Segurança no Trabalho (SST). Com o tema “Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa), inclusão de pessoas com deficiência e diálogo social em SST”, a capacitação tem carga horária de 12 horas e é gratuita.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Após ação do MPT RN, CAERN deverá adotar medidas para proteger a saúde dos trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 31/03/2026

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte (MPT RN) ajuizou uma ação civil pública requerendo que a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) adotasse medidas para regularizar as normas de saúde e segurança dos trabalhadores. Ao julgar o mérito, a Justiça do Trabalho condenou a empresa a, no prazo de 30 dias, após o trânsito em julgado, elaborar ou revisar o Plano de Emergência, o Programa de Gerenciamento de Riscos e o Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade.

[MPT e CERESTs promovem painel virtual em alusão ao Abril Verde com foco na saúde mental de pessoas trabalhadoras em Rondônia](#)

Ministério Público do Trabalho - 30/03/2026

O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Estadual de Rondônia (CEREST Estadual), em parceria com o CEREST Regional de Cacoal e com apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT RO-AC), promoverá, no dia 10 de abril de 2026, sexta-feira, a partir das 10h, um painel virtual com transmissão pelo canal da TVMPT RO-AC no YouTube.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[O Encontro de Gerações e a Evolução da SST: construindo o futuro da Auditoria-Fiscal do Trabalho](#)

Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/04/2026

A Auditoria-Fiscal do Trabalho brasileira atravessa um de seus momentos mais emblemáticos. O ingresso de 900 novos colegas não é apenas um movimento de recomposição de quadros, mas um encontro de horizontes. De um lado, a geração que consolidou a Inspeção do Trabalho no Brasil pós-Constituição de 1988; do outro, uma nova safra de auditores que ingressa em um mundo do trabalho digitalizado e em constante mutação.

[Inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho cresce no país](#)

Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/04/2026

Os números de inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho brasileiro estão em crescimento. Considerando os 26 estados e o Distrito Federal, entre dezembro de 2022 e janeiro de 2026, houve um aumento absoluto de 200.592 vínculos, o que representa uma expansão superior a 41%. Os dados são do Painel de Informações da Aprendizagem (RAIS 2024) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), com informações atualizadas até janeiro de 2026.

RADAR TRABALHISTA

eSocial

[Recolhimentos de FGTS em processos trabalhistas serão efetuados via FGTS Digital a partir de maio/2026](#)

eSocial - 02/04/2026

O FGTS Digital está em desenvolvimento para realizar o recolhimento de FGTS com origem em processos trabalhistas a partir de 01/05/2026. Essa data se refere à sentença ou determinação judicial para o cumprimento da decisão líquida transitada em julgado, ou à data da celebração do acordo celebrado perante CCP (Comissão de Conciliação Prévia) ou Ninter (Núcleo Intersindical de Conciliação).

[Receita Federal orienta sobre convênios SESI/SENAI e contribuição adicional ao SENAI](#)

eSocial - 01/04/2026

Os contribuintes do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que mantinham convênio, denominado Termo de Cooperação Técnica e Financeira, para a arrecadação direta dessas contribuições deverão passar, a partir do período de apuração de maio de 2026 (recolhimento em junho de 2026), a apurar esses valores no eSocial e recolhê-los em DARF junto com os demais tributos.

[eSocial atualiza cálculo de contribuições previdenciárias conforme Lei Complementar nº 224/2025](#)

eSocial - 01/04/2026

Com fundamento na Lei Complementar nº 224/2025, que trata da redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos exclusivamente no âmbito da União, foram implementados em produção hoje, 01/04/2026, ajustes no eSocial.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Papel do cidadão na defesa do meio ambiente do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 03/04/2026

Estabelece o artigo 225 da Constituição que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” e que, “Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público” (§ 1º): ... “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (inciso VI).

[Empresa é condenada por demitir empregada por causa de antecedentes criminais](#)

Consultor Jurídico - 02/04/2026

A juíza Flávia Cristina Souza dos Santos Pedrosa, da 1ª Vara do Trabalho de Contagem (MG), determinou o pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5 mil, a uma auxiliar de limpeza que foi demitida de forma discriminatória por uma transportadora da cidade mineira. Embora a trabalhadora já tivesse cumprido a pena imposta pela Justiça em 2009, e estivesse em processo de reinserção social, um documento interno da empregadora registrou como motivo da demissão a existência de “problemas judiciais”, o que, no entendimento da julgadora, configurou a discriminação proibida pela Lei 9.029/1995.

[Gestante no trabalho temporário: TST pode restringir garantia constitucional?](#)

Consultor Jurídico - 01/04/2026

A garantia de estabilidade provisória à gestante, prevista no artigo 10, II, “b”, do Ato das

RADAR TRABALHISTA

Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), sempre foi interpretada pela jurisprudência trabalhista como um dos mais relevantes instrumentos de proteção à maternidade e ao nascituro. Trata-se de norma de natureza constitucional, cuja finalidade transcende a relação contratual para alcançar valores sociais mais amplos, como a dignidade da pessoa humana e a proteção à infância.

['Pedido' de demissão de gestante sem homologação do sindicato por sua culpa não gera rescisão indireta](#)

Consultor Jurídico - 31/03/2026

A proteção à maternidade e ao mercado de trabalho da mulher constitui um dos pilares mais importantes do nosso sistema jurídico. A garantia de emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto garante não apenas a subsistência da trabalhadora, mas também o desenvolvimento saudável do nascituro. No entanto, o exercício desse direito fundamental deve ser pautado pela boa-fé e pela lealdade contratual. O Direito do Trabalho não existe para chancelar abusos ou para transformar garantias sociais em ferramentas de enriquecimento sem causa. Diante desse cenário, surge um debate fundamental sobre os limites da proteção legal quando a própria trabalhadora adota condutas que inviabilizam a continuidade do contrato de trabalho.

[Multa do FGTS é devida na rescisão antecipada de contrato por tempo determinado](#)

Consultor Jurídico - 31/03/2026

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reiterou o entendimento consolidado da corte de que, no caso de rescisão antecipada de contrato por tempo determinado, é devida a indenização de 40% sobre o FGTS, já que a prática é equivalente à dispensa imotivada. Com isso, o colegiado condenou uma empregadora doméstica de Nazaré da Mata (PE) a pagar a multa de 40% do fundo a um caseiro por rescisão antecipada do contrato de experiência.

RADAR TRABALHISTA

[TRT-2: É discriminatória dispensa de empregada trans antes de cirurgia de redesignação](#)

Migalhas - 03/04/2026

A 17ª turma do TRT da 2ª região proferiu decisão na qual considerou discriminatória a rescisão do contrato de trabalho de uma engenheira de computação transgênero. O desligamento ocorreu em um período próximo à realização de sua cirurgia de redesignação sexual, procedimento este que era do conhecimento da empresa.

[TRT-4 admite ofícios a bets para localizar bens de devedores](#)

Migalhas - 31/03/2026

A Seção Especializada em Execução do TRT da 4ª região autorizou a expedição de ofícios a casas de apostas online para a pesquisa de bens de devedores em execuções trabalhistas. A medida foi admitida em dois processos nos quais não foram encontrados valores suficientes para quitar as dívidas, mesmo após a utilização dos sistemas tradicionais de busca patrimonial.

[Empregado nega assédio porque colega seria lésbica; TRT-11 mantém justa causa](#)

Migalhas -31/03/2026

O TRT da 11ª região manteve a dispensa por justa causa de técnico de enfermagem acusado de assediar sexualmente colega de trabalho. O empregado sustentou que o episódio teria sido mal interpretado e negou qualquer conduta abusiva, afirmando que, por a colega ser homossexual, não a teria assediado.

[TST: Rescisão antecipada de contrato de experiência gera multa de 40% do FGTS](#)

Migalhas - 30/04/2026

A 7ª turma do TST manteve condenação de empregadora ao pagamento da multa de

RADAR TRABALHISTA

40% do FGTS a um caseiro dispensado antes do término de contrato de experiência. Para o colegiado, a rescisão antecipada equivale à dispensa sem justa causa, razão pela qual a indenização é devida.

[Sindilojas-SP pede novamente adiamento do gerenciamento dos riscos psicossociais NR 1](#)

Revista Proteção - 02/04/2026

O Sindilojas-SP encaminhou solicitação ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) pedindo a prorrogação, por mais 12 meses, da entrada em vigor do Anexo I da NR-1 (Norma Regulamentadora nº 01), conforme estabelecido pela Portaria MTE nº 1.419/2024. A medida trata da obrigatoriedade de gerenciamento dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho e o período de fiscalização punitiva está previsto para entrar em vigor em 26 de maio de 2026, com aplicação em todas as empresas do país.

[Prevenção de riscos é tema de live com Berenice Goelzer](#)

Revista Proteção - 02/04/2026

A importância da prevenção antecipada de riscos é o tema da live com a higienista ocupacional Berenice Goelzer, no dia 8 de abril, às 19h30min. Berenice é referência mundial em Higiene Ocupacional e foi colunista da Revista Proteção, com diversos artigos publicados sobre o tema que irá abordar na live e, inclusive, foi entrevistada para a revista e para o programa Personagem de Proteção. A live é gratuita e será transmitida via [Instagram](#) e [Youtube](#) da Operha Treinamentos.

[Agência Europeia de SST lança ferramenta contra assédio no trabalho](#)

Revista Proteção - 02/04/2026

A ferramenta orienta os empregadores sobre como envolver os trabalhadores na definição de comportamentos inaceitáveis e no reconhecimento de situações em que desequilíbrios de poder ou pouca supervisão podem permitir que condutas inadequadas

RADAR TRABALHISTA

passem despercebidas.

[Solução de Consulta da Receita Federal do Brasil: atividade principal da empresa não define o grau de risco para o GILRAT](#)

Revista Proteção - 30/03/2026

A Solução de Consulta reforça que a atividade econômica principal é aquela que define o código CNAE (Classificação Nacional por Atividade Econômica) principal a ser informado no momento do cadastro do CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica). Já a atividade preponderante é aquela utilizada para se determinar o GILRAT (Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho).

[OIT saúda envio ao Congresso Nacional de mensagem sobre ratificação de instrumento internacional acerca da democratização da governança da Organização](#)

Organização Internacional do Trabalho - 30/03/2026

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) saúda a decisão do Governo do Brasil de submeter à aprovação do Congresso Nacional o instrumento referente à Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho”, adotado pela 72a. Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), em 24 de junho de 1986. Em sua [edição de 30 de março](#), o Diário Oficial da União (DOU) informa sobre o despacho do Presidente da República, realizado por meio da Mensagem No. 227, datada de 27 de março de 2026.

[Construção volta a supera o patamar de três milhões de trabalhadores com carteira assinada](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 02/04/2026

A construção manteve o ritmo de geração de empregos em 2026 e voltou a ultrapassar a marca de três milhões de trabalhadores com carteira assinada no país. De acordo com dados do Novo Caged, divulgados na terça-feira (31) pelo Ministério do Trabalho, o setor

RADAR TRABALHISTA

criou 31.099 novos postos em fevereiro, segundo mês consecutivo de saldo positivo. Em janeiro, haviam sido gerados 50.538 empregos. Vale destacar que fevereiro tem menos dias úteis, o que impacta diretamente o volume de contratações.

[Artigo: Manifesto Empresarial por mais uma hora de vida ao trabalhador brasileiro](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 02/04/2026

O Brasil discute a redução da jornada de trabalho como uma conquista social. Esse argumento é de difícil discordância. Devolver tempo ao trabalhador é uma causa legítima, um objetivo civilizatório, uma pauta que dialoga com qualidade de vida, saúde e dignidade. Mas há uma premissa equivocada nesse debate que precisa ser enfrentada com honestidade intelectual antes de qualquer mudança estrutural: a jornada de trabalho não começa quando o trabalhador bate o ponto. Ela começa quando ele fecha a porta de casa. E só termina quando volta para ela. A jornada real do trabalhador brasileiro não é a jornada contratual; é a soma do tempo de trabalho com o tempo de deslocamento — um tempo que não é remunerado, não é descanso e não é vida.

[CBIC divulga Radar Convenções Coletivas de fevereiro](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 01/04/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), apresenta mais uma edição do Radar Convenções Coletivas, um informativo mensal produzido pela CPRT. O documento apresenta um panorama detalhado das negociações concluídas até a data-base de fevereiro de 2026, incluindo convenções coletivas e aditivos celebrados até 28 de fevereiro deste ano.

[NR-17 estabelece diretrizes para ergonomia e deve ser integrada ao gerenciamento de riscos nas empresas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 30/03/2026

RADAR TRABALHISTA

A Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), que trata da ergonomia, estabelece diretrizes para adaptar as condições de trabalho às características dos trabalhadores, com foco em conforto, segurança, saúde e desempenho. Por ser uma norma de caráter geral, sua aplicação é obrigatória em todas as empresas e deve estar integrada ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), previsto na NR-1.

[Construção em transformação: mulheres ganham espaço e impulsionam nova geração do setor](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 30/03/2026

A presença feminina na construção civil cresce e começa a redesenhar o perfil do setor no Brasil. Engenheiras, técnicas, arquitetas e gestoras avançam em diferentes áreas e ampliam sua participação também em posições de liderança, em um movimento que acompanha as transformações do mercado e as novas demandas por inovação, eficiência e diversidade.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CMN Nº 5.287, DE 26 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 30/03/2026 Seção I Pág. 70) - Altera o art. 3º da Resolução CMN nº 5.097, de 24 de agosto de 2023, que define os critérios de elegibilidade para as operações de financiamento à inovação e à digitalização com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, mediante remuneração pela Taxa Referencial - TR;

[PORTARIA SE/MPS Nº 511, DE 27 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 30/03/2026 Seção I Pág. 146) - Altera o Anexo II da Portaria SRGPS/MPS nº 2.400, de 25 de julho de 2025, que instituiu o Programa de Gestão e Desempenho da Perícia Médica Federal (PGDPMF) no âmbito do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social;

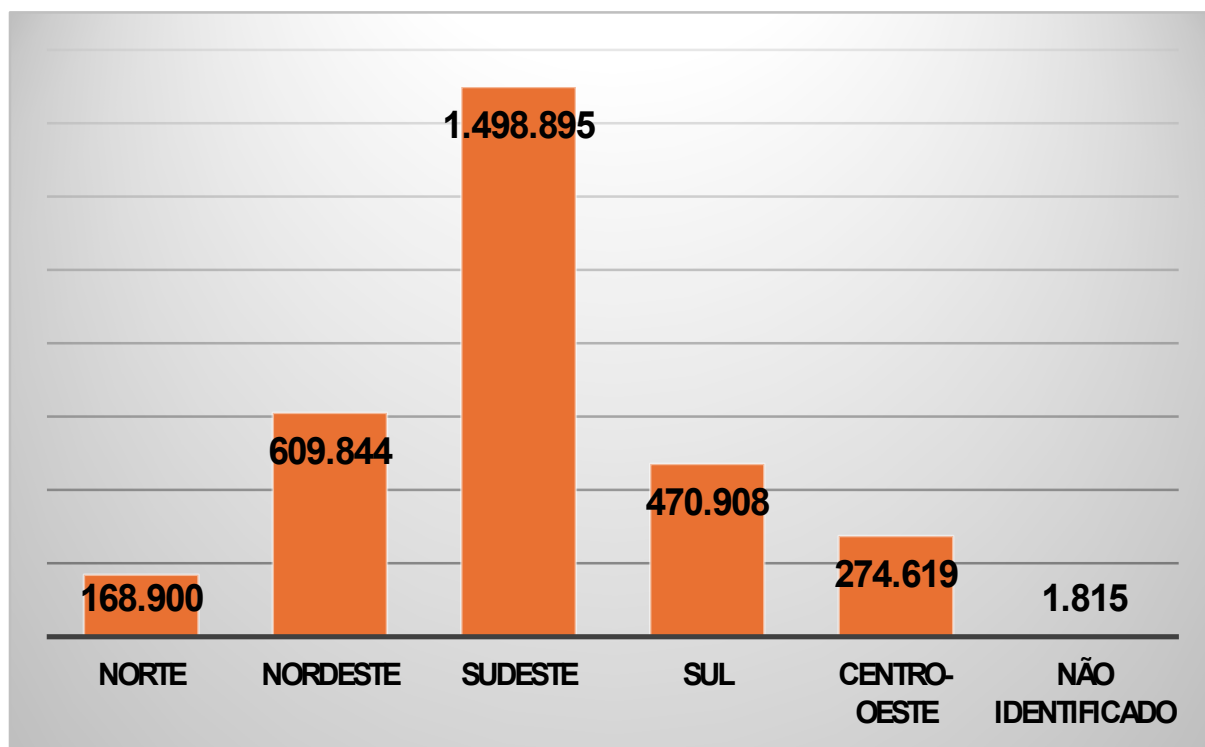
[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.148, DE 24 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 30/03/2026 Seção I Pág. 225) - Altera os limites de renda dos programas da área da Habitação do FGTS, e a ampliação dos limites de valor de imóvel na Faixa 3 de renda e no Programa Classe Média;

[LEI Nº 15.371, DE 31 DE MARÇO DE 2026](#) (DOU de 1º/04/2026 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre a licença-paternidade; institui o salário-paternidade no âmbito da Previdência Social; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.770, de 9 de setembro de 2008;

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do Novo Caged/MTE

Estoque de trabalhadores formais na Indústria da Construção por região (fevereiro/26)::



Fonte: Novo Caged/MTE

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico